



Anais da Assembléia

Nº 29

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE ABRIL DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1978.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

EMENDA:

Emenda Substitutiva ao Requerimento datado de 11.04.78.

Existem temas que, por sua transcendência histórica e humanística, exigem definição não só dos homens públicos, mas especialmente dos poderes legitimamente constituídos pelo povo em sua soberana manifestação.

A decretação de uma anistia aos nossos irmãos brasileiros que foram atingidos por medidas nascidas da exaltação política, constitui, no momento, a mais justa e humana reivindicação nacional, representando ainda o primeiro e decisivo passo para o estabelecimento de um diálogo fraterno entre os brasileiros, objetivando o reencontro do Estado com a Nação e a reimplantação de um pleno estado de direito.

Além de centenas e até milhares de patrícios que permanecem no Brasil sem exercer o sagrado direito decorrente da própria cidadania, outros continuam experimentando as amarguras do exílio, quando poderiam estar contribuindo, com sua reconhecida inteligência para o engrandecimento nacional.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, identifica na anistia, verdadeiro e histórico gesto de reconciliação sem o qual é impossível o aperfeiçoamento democrático que tanto se propala e que tanto o País anseia.

Vale lembrar, a propósito, que a Câmara Municipal de São Paulo acaba de aprovar proposição semelhante, pela unanimidade de seus integrantes, sendo portanto, o primeiro órgão legislativo do País a clamar pela decretação da anistia, fazendo-o com

rias.

Em vista disso, os Deputados signatários requerem após a manifestação soberana do Plenário, em favor de uma anistia, as seguintes providências:

a) sejam cientificados desta manifestação todas as Assembléias Legislativas do País, as Câmaras Municipais do Paraná;

b) seja feita a mesma comunicação aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como aos respectivos líderes de bancadas nas Casas do Congresso Nacional.

Com esta decisão, creem os signatários que a Casa do Povo paranaense estará honrando o que de mais puro e democrático tem nossas tradições históricas.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1978.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANGELIN DAL'PRA, ocorrido ontem em Guaraituba, Município de Colombo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dada ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa do Sr. JOÃO DAL'PRA, em Guaraituba, Colombo.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se consigne em ata, nos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo infausto passamento, na cidade de Apucarana, do Senhor CEZAR PRETO. Solicita, também, que da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1978.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Pelos seus dotes de coração, espírito de luta e reconhecida idoneidade moral, tendo sido, em vida, zeloso e prestante cidadão, portador de relevante folha de serviços prestados à cidade de Apucarana, o Sr. Cezar Preto deixa, com o seu desaparecimento, uma lacuna impreenchível nos diferentes setores daquela comunidade e uma lembrança muito suave aos que tiveram o privilégio de conhecê-lo e com ele conviverem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, nos trabalhos legislativos de hoje, voto de louvor ao Sr. ISMAEL PETERS, Gerente-Adjunto do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A. — Agência Centro Cívico, o qual tendo atingido o limite de tempo de serviço, ora se aposenta; solicitando outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à alta direção do Banestado.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1978.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. ISMAEL PETERS, durante todo o tempo que pres-

tou serviços na Agência Centro Cívico do Banco do Estado do Paraná, sempre deferiu o melhor tratamento aos deputados e funcionários desta Casa de Leis, sendo sempre cordial, humano e compreensivo, procurando por meios e modos, dentro do limite de sua autoridade, facilitar o crédito e a modalidade de pagamento, minimizando as dificuldades da hora presente, ostentando sempre um sorriso afável e estendendo a mão amiga dos que dele se acercavam. Tudo isso e ainda o fato de ter sido sempre um funcionário correto e cumpridor de seus deveres, nos levam a apresentar o VOTO DE LOUVOR, como prêmio e estímulo a quem tão bem soube merecê-lo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, um voto de congratulações com o Governo do Estado, na figura do Senhor Jayme Canet Júnior, pela conclusão da Rodovia PR-T-280, no trecho Santa Rita a Palmas, esta no entroncamento com a BR-153.

A inauguração do citado trecho a ser efetivada no dia de amanhã, vem de encontro a uma ansiosa espera de muitos anos e o asfalto da PR-T-280, que liga Santa Rita a Pato Branco, vem diretamente beneficiar as regiões de União da Vitória, General Carneiro, Palmas, Clevelândia, Mariópolis e todo o Sudoeste paranaense, permitindo a pronta escoação da produção deste produtivo pedaço de solo paranaense.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a importância mundial do Lions Clube Internacional, por vários motivos ponderáveis, como também pelos seus altos objetivos que são a fraternidade, companheirismo, paz entre os homens, nacionalidade e serviço desinteressado, na missão de servir; considerando, outrossim, a eleição do Professor Dr. FLÁVIO HORIZONTE DA COSTA para o alto cargo de Governador do Distrito L-6 de Lions Internacional, fato ocorrido na recente Convenção Distrital do Estado do Paraná, realizada nos dias 7, 8 e 9 de abril corrente, em União da Vitória, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos nossos trabalhos um voto de regozijo ao referido professor.

Requer, igualmente, que da decisão da Casa seja dado conhecimento ao homenageado e também ao atual Governador Roselias Kubrusly.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das prerrogativas regimentais, requer, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Arturo Andreoli, digníssimo Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de que seja procedida com urgência, vistoria na rede elétrica da cidade e comarca de Ubatã, em virtude de que com exceção da Av. Principal, a cidade permanece às escuras.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1978.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

Ubatã, como sabemos, desponta no cenário político como uma das grandes comarcas deste Estado. Sua situação geográfica é privilegiada e de terras fertilíssimas. Sua população laboriosa e ordeira fazem-na cada vez maior.

O número de estudantes, principalmente no período noturno, é elevado.

Muitos residem distantes dos estabelecimentos educacionais, necessitando andarem, às vezes, quilômetros, para chegarem aos bancos escolares. O mesmo acontece com abnegados professores, que possuem as mesmas dificuldades.

A falta de iluminação pública na cidade, causa inúmeros transtornos aos familiares daqueles que acorrem em busca do saber, deixando estes apreensivos, temerosos e pensativos, mormente nesta época onde quase que diariamente os jornais estampam manchetes narrando assaltos, seqüestros, roubos etc. Não pode, portanto, a pacata população de Ubatã, continuar a viver este clima de apreensão.

Por isso, o nosso requerimento solicitando providências urgentes para a iluminação pública de Ubatã deve merecer a acolhida desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Doutores MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN e ARNALDO PRIETO, digníssimos Ministros da Fazenda e do Trabalho, no sentido de que seja feita uma Lei Interministerial, nos termos das Leis números 6.297/75 e 6.321/76 e regulamentadas pelos Decretos números 77.463/76 e 78.676/76, concedendo às empresas que admitirem em seus quadros de funcionários, empregados cegos, dedução do lucro tributável para fins do impostos sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas nas folhas de pagamentos, bem como das obrigações sociais.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o disposto nas Leis 6.297/75 e 6.321/76, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional, e, em programas de alimentação do trabalhador, justo será conceder também o referido benefício a todas as empresas e pessoas jurídicas que admitirem em seus quadros de funcionários, o trabalhador cego. A capacidade física e intelectual do trabalhador cego está mais que provada, que ele tem condições de se adaptar perfeitamente dentro de uma empresa, e a dedução que ora estamos propondo, viria fazer com que o próprio empresário se interessasse em orientar o seu Departamento de Pessoal, para que fizesse a admissão deste empregado, junto ao seu quadro de funcionários. Tivemos provas não de muito tempo atrás, mas quase que recente, da dedicação que o cego tem, quando quer realizar alguma coisa, e esta prova nós tivemos a oportunidade de ver quando era realizada pela Televisão Globo, o programa 8 ou 800, e que tivemos a participação naquele programa, de um paranaense e do qual anexamos aqui uma reportagem publicada na "Folha de Londrina", do dia 11 do corrente mês, onde este mesmo paranaense declara que o impossível não existe. Para eles não é impossível realizar algum trabalho, mas o difícil está, exatamente, onde conseguir uma empresa que o aceite para a realização do seu trabalho, ou para exercer a profissão que o mesmo possui.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Educação e Cultura, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja criado o CURSO COLEGIAL, a nível científico, no Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros são os pais que naquele município, possuem filhos que estudam em estabelecimentos distantes, muitas vezes, mais de 30 quilômetros da sede, enfrentando as mais sérias dificuldades, não só no transporte, como também na segurança física de cada um.

Acresce evidentemente, que o afastamento do cidadão, em época escolar, do convívio familiar, implica sobremaneira, na formação de sua personalidade. Urge, portanto, da parte do Sr. Secretário de Educação e Cultura, Prof. Francisco Borsari Neto, uma providência a nível de urgência, para instalação do curso colegial científico de Fênix, atendendo as mais lícitas reivindicações dos estudantes e pais de uma região que merece todas as atenções do Poder Público.

A revidincação mereceu o apoio unânime da Câmara Municipal de Fênix, através de proposição de iniciativa do Vereador CÍCERO VIEIRA FEITOSA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O vencimento pago ao funcionalismo é, reconhecidamente, insuficiente para o atendimento das inúmeras e até elementares necessidades humanas e, portanto, distanciado da realidade em que se vive.

O Poder Executivo Estadual ao fixar o aumento de vencimentos do funcionário público proclamou, da mesma forma, a defasagem existente e, que mesmo com a majoração, ela continuaria a existir.

A par dessa deficiência real, outra está ocorrendo, e ainda, sob ameaça de se prolongar.

Em meados do ano passado, portanto, no início do 2.º semestre de 77, o Governo do Estado já conhecia os percentuais de aumento que proporia para o ano de 78, pois haveria que fixá-los no Orçamento para o exercício seguinte.

Não pretendeu — mesmo diante desses elementos básicos e essenciais e apesar dos insistentes apelos da classe e que foram robustecidos por posicionamentos nesta Assembléia Legislativa — com a devida antecedência remeter ao Poder Legislativo, porquanto é prerrogativa constitucional de sua exclusividade, Mensagem propondo o aumento para que, formalizado o devido procedimento, se implantasse a majoração já no mês de janeiro deste ano.

Remeteu o projeto de lei em março do ano corrente, tendo a Assembléia Legislativa, já por imposição da legislação vigente impedida de realizar maiores trabalhos sobre a matéria, rápida e celeremente cumprido a sua parte para, devolver o projeto à sanção governamental dias após e no mesmo mês.

Isto porque a matéria estabelece seja o aumento implantado a partir do primeiro mês do ano, e se queria que com brevidade se visse o funcionalismo aliviado, pelo menos em parte, das agruras porque vem passando.

Esperava-se, e com justiça e porque nada pode justificar em contrário, que já neste mês de abril os vencimentos fossem corrigidos, implantando-se-lhes o respectivo aumento e que, na mesma oportunidade, se procedesse o pagamento das diferenças havidas nos meses passados.

Todavia, há alguns dias passou-se a perceber rumores de que algo novo, estranho e inaceitável estaria por acontecer, com o Governo do Estado patrocinando o retardamento nos pagamentos que o Projeto, já agora lhe prevê.

Os rumores transbordaram dos Gabinetes e das ante-salas governamentais para a nossa imprensa que, ontem, com o devido destaque e a justa preocupação, anunciavam a decisão, até este horário de hoje por ninguém retificado, de que:

a) o pagamento das diferenças devidas seria procedido em duas parcelas, ou seja, dividido o total em atraso e incorporadas

nos pagamentos de dois meses seguidos, sem, entretanto, ainda, explicitar em que meses do ano isso ocorreria;

b) ou, o pagamento das quantias atrasadas seria efetivado de uma única vez, porém, jamais neste mês de abril;

c) e, ainda, alarmantemente, estabelecendo dúvida quanto à época ou o mês do ano em que o aumento seria implantado.

Ora, para uma categoria funcional que tanto tem colaborado na vida do Estado, e que, pacífica e ordeiramente tem suportado os mais ingentes sacrifícios ao não ver o seu trabalho financeiramente recompensado nos níveis em que devia, o que agora se está proclamando é altamente preocupador e injusto.

Além de ver os seus vencimentos majorados em índices reconhecidos como insuficientes, ainda sofrerão, nesse aumento, um verdadeiro esbulho.

De janeiro a esta data ou como se deixa antever até maio, em quanto aumentou a alimentação? O remédio? O vestuário? O transporte coletivo? A escola? O aluguel? O imposto? As taxas? Os próprios serviços públicos? O custo de vida, no período, terá subido além dos 20% em relação ao período anterior.

Os dados oficiais dizem — mesmo se contrapondo à realidade — que a inflação orbitou nesse período em torno de 19%.

O funcionário que já arcou e vem suportando tudo isso com um vencimento defasado, ainda terá, compulsoriamente, que ver o insuficiente aumento de 38% reduzido, a se descontar a desvalorização e o custo de vida, a 18%.

Mais ainda, isso configura, senão legalmente, mas na ordem moral e humana, uma flagrante apropriação indevida por parte do Governo.

Insensibilidade. Injustiça. Desumanidade. Isto sim, a se confirmarem os rumores, até agora não desmentidos, nem retificados.

Esta Assembléia Legislativa que, mesmo protestando pelo baixo percentual de aumento proposto, foi ágil e foi rápida, para de sua parte e do pouco que lhe competia, acelerar o pagamento e corrigir a distorção, não pode e não deve se permitir o despudor e a irresponsabilidade de assistir, silente e omissa, a encenação que se passa e que a se verificar verdadeira, consumará um duro e rude golpe na já minguada e despalmada bolsa do funcionalismo, agravando-lhe, talvez e até mesmo, as próprias condições de sobrevivência.

Acreditando que haverá que se colher uma manifestação séria e necessária por parte do Poder Legislativo, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, ouvida a Casa, requer:

1 — Seja encaminhada, com a urgência que o caso requer, cópia do presente requerimento ao Sr. Governador do Estado, diante da ausência de outras prerrogativas mais concretas, instando-o a proceder a imediata implantação do aumento nos vencimentos do funcionalismo público estadual e o conseqüente pagamento das diferenças em atraso ainda no mês de abril corrente.

2 — Seja formulado “pedido de informações”, na forma da lei, ao Sr. Secretário das Finanças do Estado, consubstanciando nos seguintes termos:

a) — Não tendo sido implantado o aumento de lei nos vencimentos do funcionário público estadual, para pagamento no mês de abril corrente, quais as razões explicitadas que determinaram tal fato?

b) — Não tendo sido efetuado o pagamento das diferenças em atraso de janeiro a este mês, quando e de que forma se pretende fazê-lo e quais as razões do protelamento?

c) — Postergando-se, ainda mais, o pagamento do que é devido ao funcionalismo do Estado, corroído, portanto, pela inflação e pelo custo de vida, de que forma e quando se prevê o ressarcimento do que perdeu e tem perdido o funcionário durante este período, em face das próprias estatísticas oficiais?

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1978.

(a) ENÉAS FARIA

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 37/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE E HOSPITALAR DE CONTENDA" — A.B.H.C., com sede e foro na cidade de Contenda.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1.978.

(a) Fabiano Braga Côrtes.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social, à comunidade de Contenda.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação pertinente ao instituto da declaração pública em nosso Estado.

Nestas condições, apresentamos o presente projeto de lei que esperamos possa contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 38/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — O artigo 3º e seus incisos I e II, da Lei nº 4.556, de 13 de março de 1.962, com a redação dada pelo artigo 4º da lei nº 5.182, de 17 de novembro de 1.965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º — Fica criado no Município de Ponta Grossa, o Distrito Administrativo e Judiciário de Piriquitos, com sede onde se situa o antigo Posto Fiscal de Piriquitos, junto ao loteamento Jardim Santa Edwiges e com as seguintes divisas:

I — Com a Sede

Inicia na confluência do rio Tibagi com o rio Taquari, subindo por este até a sua cabeceira, daí por linha reta e seca até a cabeceira do Arroio Chapada, descendo pelo mesmo até a formação do Arroio Grande e por este até a formação do rio Congonhas, seguindo pelo mesmo até a sua foz do rio Pitangui, descendo pelo último até o rio Tibagi, subindo por este até a foz do arroio Barbados e por este até o arroio Casa Branca, seguindo em linha seca e reta desde a cabeceira do arroio Casa Branca até a foz do arroio Taquarussu, no arroio Campo da Bocaina, subindo a Taquarussu até a sua cabeceira, seguindo por linha seca e reta até a cabeceira do rio das Conchas e por este até a sua foz, fechando o perímetro pelo rio Tibagi.

— Com o Distrito de Uvaia:

Inicia na confluência do rio das Conchas com o Rio Tibagi, subindo o primeiro até sua cabeceira, daí em linha seca e reta até a cabeceira do arroio Taquarussu, descendo o mesmo até sua foz no arroio Campo da Bocanha, daí em linha seca e reta até a cabeceira do arroio Casa Branca, por este e pelo arroio Barbados até o rio Tibagi.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1.978.

(a) David Federmann.

PROJETO DE LEI Nº 39/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica denominada "Rodovia Antônio Baby" a estrada PRT — 280, que liga a localidade de Santa Rita no

Município de General Carneiro, à sede do Município de Pato Branco, neste Estado.

Art. 2º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, por ventura existentes.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1.978.

((a) Deni Schwartz.

Apoiamentos:

Waldenício Barbalho, Antônio Facci, Muggiati Filho, Edilson Alencar, Domício Scaramella, Fabiano Braga Côrtes, Jayme Rodrigues Carvalho, Nilso Sguarezi, Adalberto Daros, Lázaro Dumont, Jorge Sato, Erondy Silvério e Maurício Fruet.

JUSTIFICATIVA:

O ex-Deputado Federal Antônio Baby foi um dos políticos mais atuantes do Estado do Paraná, em especial em defesa dos interesses da Região Sul.

Vereador por União da Vitória, Deputado Estadual e por duas legislaturas Deputado Federal, foi também Diretor da atual Rede Ferroviária Federal.

No Congresso Nacional uma de suas maiores reivindicações foi exatamente a introdução no Plano Rodoviário Nacional da Rodovia União da Vitória-Barracão.

Incompreendido e tendo de enfrentar, à época, inclusive companheiros políticos seus, não esmoreceu e teve vitoriosa sua posição.

A homenagem que se pleiteia nos parece a mais justa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem imensa satisfação de registrar neste plenário a presença dos Srs. Vereadores: Valdir Citadela, Artur Toigo e Antônio Zair Stival, todos da Câmara Municipal de Itapejara do Oeste.

Da mesma forma a Presidência registra com satisfação a presença no Plenário do Sr. Deputado Agostinho José Rodrigues, da bancada da Aliança Renovadora Nacional, na Câmara Federal.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Ausente S. Exª, concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos um requerimento, que acabamos de ouvir a leitura pelo Sr. 1º Secretário, com referência a estrada que demanda de Santa Rita a Palmas, a PRT-280.

Apresentamos esse requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque achamos justo e merecedor — não vai aqui qualquer bajulação a S. Exª o Sr. Governador do Estado, estrada essa que há muito tempo — e já desta tribuna, já nesta Casa por diversas legislaturas, apresentamos sugestões, requerimentos e apelos, para que fosse construída.

Hoje nós nos sentimos satisfeitos de poder saber que amanhã S. Exª o Sr. Governador do Estado irá inaugurar este trecho de sessenta quilômetros.

Lamentamos, nesta oportunidade, não, por qualquer vaidade nossa, mas a falta de consideração dos órgãos estaduais, talvez a Secretaria dos Transportes, em não enviar-nos o seu convite. Não queremos estar lá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque além das inaugurações na cidade de Palmas, haverá uma festa da Aliança Renovadora Nacional. E nós seríamos pessoas não grata.

Apesar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de termos recebido nas eleições de 64, uma consagrada votação de 1.611 (hum mil seiscientos e onze) votos, quando o nosso colega, Deputado Luiz Roberto Soares, líder do Governo e que teve a máquina

municipal nas suas mãos e a máquina estadual, fez 1.710 (hum mil setecentos e dez) votos.

É motivo de orgulho, para nós que também representamos aquela região, que esta estrada seja inaugurada amanhã. Mais diversas obras S. Ex^a o Sr. Governador irá inaugurar. E esse nosso requerimento é um lembrete de tudo aquilo que foi possível fazer em apelos em épocas anteriores. O Governo construiu uma estrada que é de merecimento da região, que é de obrigação do Governo e que nós como representante de uma vasta região como aquela também, temos a obrigação de nos congratularmos com o Sr. Governador do Estado, por ele ter concluído este trecho. E peço a Deus que ele antes de terminar o seu governo, termine a estrada que demanda Clevelândia, Mariópolis, Pato Branco e todo o Sudoeste.

Fica aqui o nosso agradecimento, em nome de uma grande parcela do povo daquela região. E felicidades ao povo de Palmas, ao povo daquela região, e felicidades ao Sr. Governador quando irá amanhã, lá, fazer um pouco de política com a referida inauguração da estrada e que é justo, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel de Quadros.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos a esta tribuna para dar ciência à Presidência desta Casa, bem como aos seus membros, de que há poucos instantes esteve reunida a Comissão Especial, encarregada de apreciar o anteprojeto enviado pelo Sr. Governador a esta Casa, que dispõe sobre nova estrutura e quadro especial de procuradores e advogados da Procuradoria Geral do Estado.

E na mesma ocasião, na reunião desta Comissão, por decisão unânime dos seus membros, foi escolhido o ilustre Deputado José Muggiati Filho, para presidir a Comissão Especial, nos cabendo a Vice-Presidência e tendo sido escolhido o Deputado Gilberto Carvalho, como seu relator.

Na mesma ocasião, a Comissão decidiu designar o próximo dia 25, às 10:00 horas, para a sua próxima reunião. Lembrando que está respeitando o disposto no artigo 189, do Regimento Interno desta Casa, que estabelece no seu parágrafo 2º que “A Assembléia elegerá uma Comissão Especial composta de 5 (cinco) membros, para opinar, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgar convenientes.

§ 3º — Apresentando o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, permanecerá este sobre a mesa, durante 15 (quinze) dias, para receber emendas.

Comunicaremos também à Presidência que nesta reunião foram fixados como membros efetivos da Comissão Especial, os Srs. Deputados Muggiati Filho e Maurício Fruet, pelo Movimento Democrático Brasileiro, e pela Aliança Renovadora Nacional os Deputados Gilberto Carvalho e Augusto Carneiro e o Deputado que ocupa a tribuna, respeitando também o dispositivo do Regimento Interno, que fixa em 5 (cinco) membros os que a compõem.

Era a comunicação que deveríamos trazer desta tribuna ao conhecimento da Presidência desta Casa.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Casa está lembrada da promessa alviçareira do Governo do Estado sobre a abertura de concurso para o Magistério.

Há longa data não se realiza um concurso no Paraná.

Ao final do ano, o Governo abriu concurso para o Magistério. E por todo o Paraná, centenas e até milhares de profes-

sores se inscreveram nesse concurso.

E de uma hora para outra, Sr. Presidente, sem nenhuma justificativa, sem nenhuma explicação, porque é exigência legal do Estatuto, o concurso foi cancelado, ou adiado. Enfim, o que se sabe é que o concurso não tem data para ser realizado. E à boca pequena, o que se sabe é que o concurso está adiado “sine die”.

Então, Sr. Presidente, estou enviando um requerimento à Secretaria de Educação e Cultura, através de um pedido de informações para que, ao menos aqueles professores que se inscreveram sejam informados sobre o referido concurso, porque existe até responsabilidade para informar o que está acontecendo.

O meu requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê).

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento nas disposições constitucionais, requer do Ex^{mo} Sr. Secretário da Educação e Cultura do Estado do Paraná, as seguintes informações:

- 1) - Quais as razões que determinaram o cancelamento ou adiamento do Concurso do Magistério Primário, após as inscrições procedidas em todo o Estado?
- 2) - Qual o número de professores inscritos?
- 3) - Qual o número de vagas existentes?
- 4) - Fornecer a relação dos inscritos (apenas o número por região do Estado) bem como o número de vagas.
- 5) - Qual a data prevista para a realização do Concurso?
- 6) - Serão reabertas as inscrições?

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1978

(a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

A suspensão ou adiamento ou mesmo cancelamento do Concurso do Magistério, depois de encerrado o prazo de inscrições, não foi justificado pelo Ex^{mo} Sr. Secretário de Estado da Pasta da Educação e Cultura. A classe do magistério aguarda uma justificativa para estranho procedimento. Existe a exigência legal do concurso e o mesmo deve ser realizado sem demoras, eis que a quase dez anos não se realizam concursos neste Estado. Além do mais, os professores inscritos devem merecer uma consideração da Secretaria e absolutamente não podem ficar nesta angústia e na falta de informações. O Estatuto do Magistério exige o concurso, por que não realizá-lo?

E como justificativa alinhamos a exigência do Estatuto do Magistério que prevê a necessidade de concurso para admissão de novos professores.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

São palavras bíblicas: “Comerás o pão com o suor de teu rosto”.

Talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, personagem bíblico, inspirado, naquele dia tivesse conversado com o homem do campo, com o lavrador.

E essa lição serve, hoje, para nossos governantes que têm feito do homem do campo o herói anônimo desta Nação, um verdadeiro desprezado pelas leis que regem este País.

Muito já se tem dito acerca da agricultura, sindicatos, representantes sindicais, Deputados, só está faltando a última fala, a esperada fala, a fala honesta, a fala de hombridade dos homens que dirigem este País.

Parece-me, Sr. Presidente, que o lavrador, a cada dia que passa, está mais desorientado e desordenado. Muito embora

visitas e mais visitas de Ministros aos Estados; visitas e mais visitas demagógicas de Secretários ao Interior do Estado não têm resolvido nada. Continua apavorado o lavrador; continua desprezado o agricultor paranaense e o agricultor brasileiro.

E uso, Sr. Presidente, a tribuna nesta tarde, para ler aqui um documento recebido de um dos lavradores deste grande Estado, o Estado do Paraná — celeiro desta Nação — que conseguiu escrever, Sr. Presidente, que teve a coragem de escrever, outros não a tem. Porque se o Banco do Brasil, através de seu gerente, descobrir que ele denunciou a um Deputado, a um Sindicato, os vexames porque vem passando, as portas do Banco serão fechadas para ele.

Diz o seguinte, Sr. Presidente, o escritor desta carta: "Prezado amigo, Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

Esta é a situação dos cotonicultores de Goioerê que entregaram algodão às cooperativas, não só os de Goioerê, mas também de outras regiões, isto na safra 76-77. A cooperativa fez um financiamento chamado EGF, no Banco do Brasil, e desta fez um repasse aos cooperados. O preço mínimo estipulado pelo Governo Federal para o tipo 5 (cinco) era de setenta e oito cruzeiros e para o tipo 6 (seis) de setenta e dois cruzeiros, a arroba, sendo o tipo 6 (seis) o predominante em nossa região.

Os cooperados receberam adiantamento em valor de preço mínimo, pagando juros de 1,85% ao mês. Estes juros totalizaram em 13,57% por arroba. Isto, no período de colheita até o dia 28 de fevereiro de 1978. Mais dois cruzeiros de Funrural e integralização de capital em 2,64. Estas despesas importaram em dezoito cruzeiros e trinta e oito centavos por arroba. O produtor vendeu este algodão à cooperativa ao preço mínimo de oitenta e oito cruzeiros, reduzindo-se as despesas ficou para os cooperados em saldo de sessenta e nove cruzeiros e sessenta e dois centavos por arroba.

Ele recebeu pelo tipo 6 (seis), setenta e dois cruzeiros e sessenta centavos, então, passou a dever à cooperativa três cruzeiros e oito centavos. Então, agora resta-nos saber de quem vai ser a culpa. Sobre os produtores? Sobre as cooperativas?

E ele mesmo responde:

—Não, a culpa está nas autoridades governamentais, pois este financiamento teve um prazo de vencimento que seria em 28 de fevereiro de 1978. Desta feita, o Banco do Brasil Sociedade Anônima, passou a pressionar as cooperativas para que elas vendessem este algodão. Ao contrário, o mesmo passaria a ser do Banco pelo preço mínimo, isto é, de setenta e oito cruzeiros para o tipo 5 (cinco) e setenta e dois cruzeiros e sessenta centavos, para o tipo 6 (seis).

Porém, por volta do dia 27 de fevereiro, foi anunciada a prorrogação até o dia 31 de março do corrente. Por que esta prorrogação não foi anunciada anteriormente, — é a pergunta do lavrador, em meados de fevereiro? Pois já era do conhecimento das autoridades competentes o desastre da nova safra e que já havia estimativa aproximada de perda de 70% na produção, pelo motivo da longa estiagem. Mas, lá estavam as multinacionais com a boca aberta como se fossem um jacaré, pois sabiam estas que estava para elas o que o agricultor sofreu para produzir.

Hoje, este mesmo algodão poderia ser vendido a cento e dez cruzeiros. Então, o produtor estaria com um saldo de vinte e dois cruzeiros e não devendo à cooperativa três cruzeiros e oito centavos à arroba. Cito o exemplo de um agricultor que possuía cinqüenta mil arrobas, saldaria ele um milhão e cem mil cruzeiros, calculando-se a diferença de oitenta e oito cruzeiros para cento e dez cruzeiros por arroba.

Assim, o agricultor está desesperado, não podendo saldar os seus compromissos, sendo protestado e levando o nome de mau pagador. Vemos, hoje, apenas uma cena: — a multinacional com o capital mais elevado a cada dia que passa, e o agricultor, pobre homem da lavoura que sofreu de sol a sol, cada vez mais pobre!

Não é, ele, o sustentáculo da Nação?"

E assina, Sr. Presidente.

Indo além, fazendo, em resumo, uma comparação:

"No ano de 77, o algodão, setenta cruzeiros a setenta e cinco cruzeiros a arroba; neste ano, noventa e cinco a cem cruzeiros a arroba.

Preço de insumos para a safra de 77/78, na maioria dos inseticidas largamente usados na lavoura do arroz, tiveram o acréscimo até de 150%, o caso do Asúcrin, Novacron e Paration; o adubo, também teve o acréscimo de até 60%.

Implementos agrícolas, sua manutenção e combustíveis; todos sabemos que as constantes majorações nos preços dos implementos agrícolas e na reposição de peças para a sua manutenção, juntamente com os derivados do petróleo, o óleo Diesel, a gasolina gastos, tem sido feito de u'a maneira assustadora, para a classe produtora.

Na minha região não se sabe ainda quase nada do financiamento para as lavouras do trigo, mormente às terras que estavam preparadas para o plantio.

O desânimo é quase total. A maioria dos produtores, frustrados que foram, com a terrível estiagem na região, a qual é do conhecimento de todas as autoridades, como se isto não fosse suficiente ainda são feitas as maiores pressões, com ameaças de protestos e execuções judiciais para uns, e, a morosidade da burocracia do financiamento, para uns poucos. Tudo está nas mãos do banco oficial da Nação, o Banco do Brasil, pois, a rede de bancos oficiais, não opera e, ao que se sabe, não vai operar".

É um pedido, Sr. Presidente, juntamente com a denúncia, de clemência, de um lavrador.

Enquanto isto acontece, Sr. Presidente, nós ficamos ainda a esperar, depois da visita de Ministros — há poucos dias, o Ministro Mário Henrique Simonsen em Curitiba — após a visita de tantos outros Ministros, o povo, à espera do preço. O preço atual não convém ao lavrador, não convém ao agricultor, é uma verdadeira política desordenada e de desrespeito àqueles que, com o suor do rosto, sustentam esta Nação. O pobre lavrador não tem condições. Está desesperado, mormente quando ele lê ainda, em manchetes de jornais: "A Agricultura, Uma Atividade Só Para Teimosos" — e o artigo de Renato Moreira é sério! Ainda quando o lavrador, lê, em manchete de jornal: "A APAVE denuncia o truste do milho".

Tudo está errado, Sr. Presidente, tudo está errado, Srs. Deputados.

Eu leio esta carta, fazendo algumas considerações, para que fique registrado nos Anais desta Casa, mais um clamor de um lavrador que está em nosso Estado trabalhando para o progresso desta Nação, sem que tenha, entretanto, tido, até agora, a resposta a tantas perguntas feitas pelo Governo Federal, através dos seus emissários, à nossa terra.

E terminando, Sr. Presidente...

O Sr. Lúcio Machado — V. Exª permite um aparte? (Assentimento) — Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, Lincoln disse certa vez: "Destruam-se as cidades, e mantenham-se os campos de pé, e as cidades serão reconstruídas!"

O que vemos neste regime discricionário, violento e de arbítrio, é que, o Governo submete as classes produtoras do País, à escravidão econômica, por todos os meios e por todas as formas.

A carta que V. Exª lê para o Paraná através da tribuna da Assembléia Legislativa, é, sem dúvida alguma, manifestação de milhares de lavradores deste Estado. O êxodo rural e o abandono do homem da terra, tem sido a cada ano que passa, mais e mais violento, aumentando assim o problema social, a delinquência, a pobreza e a miséria. A pobreza e essa miséria que se polifera com o afastamento do homem, da terra, já está alcançando os homens da cidade, e se este Governo, se o atual Governo, se este sistema, não acordar para a realidade triste,

para este retrato negro que se apresenta a todo o instante e a cada dia, dentro de um ano ou pouco mais, o povo terá dinheiro e não terá o cereal para comprar, porque o lavrador, o homem que produz o arroz, o feijão, a batata, o alimento básico e necessário para a subsistência de cento e dez milhões de brasileiros, está deixando a terra. O lavrador passou a ser escravo do Banco do Brasil, um dos principais agentes das multinacionais e tantos outros. O Banco do Brasil financia e esse financiamento é um custo caríssimo para o lavrador. O Banco do Brasil já tomou milhares e milhares de propriedades pequenas desse País, de cinco ou seis alqueires — a propriedade realmente produtiva.

O Banco do Brasil já enviou centenas e centenas de mulheres de lavradores. Estes, desesperados com as dívidas formadas, sem saber o que fazer, muitas vezes suicidavam-se.

É uma tristeza, é uma miséria, e não basta, como se não bastasse os gritos constantes desta tribuna e de todos os parlamentos do Brasil, cada vez e cada vez, o lavrador está mais pobre, mais miserável e mais querendo abandonar a terra.

Parabéns a V. Exª e ao signatário desta carta. Ele manifestou como gostaria de manifestar deste Parlamento, todos os trabalhadores, todos os lavradores do Paraná.

Chamada a imprensa deste Estado, os porta-vozes da aspiração do povo trabalhador de todas as classes laboriosas desta Nação, tem a coragem também, de encaminhar este libelo, sofredor e trabalhador, o homem que trabalha a terra deste País.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Eu agradeço o aparte oportuno de V. Exª.

Mas dizia realmente que o Banco do Brasil, que para alguns, é a mãe do lavrador, nós continuamos a dizer que ela é uma das madrastas das piores, entavando a vida do lavrador brasileiro.

Encontra-se em nossas mãos, denúncias que o Sr. Juliano Fabrício, cujo processo se encontra em Curitiba com o número 4.151, a quem o Banco do Brasil se nega a ajudar, prorrogando seu prazo, que segundo dizem, já é autorização do Governo, ameaçado de protesto, tem o gerente daquele Banco o desmoralizado, mandado inclusive, informações mentirosas, de Goioerê, para a agência central desta cidade, desta Capital, numa prova insofismável, de que há necessidade, mais do que nunca, de que seja atendido aquilo que foi feito durante a visita do Ministro Simonsen a Curitiba, para que os Bancos privados possam atuar também na agricultura.

E diz o jornal — outra reivindicação a ser ouvida pelo Sr. Ministro. Simonsen é de que no estabelecimento de política de câmbio rural, de atendimento do PROAGRO e de outras medidas na área financeira, os bancos privados brasileiros sejam considerados, evitando a monopolização do crédito rural e, conseqüentemente, as dificuldades administrativas para o controle e execução que deve, que vem sendo enfrentados por diversos órgãos do Banco do Brasil. Só com a abertura, esses são os pedidos do lavrador, dos líderes sindicais, só com a abertura do banco particular para o lavrador, é que o problema deverá ser solucionado, uma vez que o Banco do Brasil tem sido, repito, um entrave. Atende a meia dúzia de fazendeiros com a burocracia lamentável e, o restante não é atendido. O estímulo que o Governo tem dado ao lavrador, está nas manchetes dos jornais; Importação de algodão pode ser feita. Esse é o estímulo que o Governo desta Nação, através de seus representantes, tem dado ao lavrador brasileiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados; agora, cansado e como bem disse o Deputado Benedito Lúcio Machado, se atear fogo na cidade, o campo sobreviverá; se, ao contrário, colocarem fogo no campo, a cidade perecerá.

Sr. Presidente, haveremos, até quando, de comer o nosso pão com lágrimas e, às vezes, lágrimas de sangue, Sr. Presidente, quando o Mestre disse: — “Comerás o seu pão, tão somente, com o suor do seu rosto”, só um Governo desumano, só aquele

que não está afeito ao campo, que não visita os ranchos, que não percorre as fazendas para notar a tristeza que campeia em meio aos agricultores.

Fica aqui registrado, Sr. Presidente, o lamento de mais um lavrador representando tantos outros lavradores que não têm a condição de trazer até aqui sua voz; mas, que nós tentaremos fazer por eles, sempre que preciso e oportuno for.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Consulto a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, sobre se deseja usar o espaço reservado ao seu Partido.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, preliminarmente e, em parte, fala, no horário, o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi com muita surpresa que deparamos com o noticiário político de hoje, nos jornais, dando como justificativa para desdobramento do pagamento dos atrasados do aumento do funcionalismo, o fato da implantação, em folha depender da CELEPAR, e esta depender da aprovação ou não das emendas apresentadas em Plenário, ao projeto que visava aumento de vencimentos do funcionalismo.

Ocorre que as 2 (duas) emendas vetadas pelo Sr. Governador, ainda que não o fossem, diziam respeito, apenas, à contagem de tempo de serviço de magistrados e membros do Ministério Público, nada tendo a ver com o vencimento ou sua majoração.

Por outro lado, as 2 (duas) emendas de nossa autoria, afora a apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça que, também, foi nossa sugestão, ainda que fossem aprovadas, ou melhor, foram aprovadas e mereceram a sanção governamental, as quais deram nova redação, apenas, ao artigo 1.º e artigo 7.º da Lei nº 6996/78.

Hoje, dada a sua publicação, chegou ao conhecimento do povo paranaense, do funcionalismo de modo especial, e a primeira dessas emendas, inclui no aumento o Quadro Próprio do Magistério, entre aqueles outros funcionários que teriam elevados os seus vencimentos, e que a Mensagem para os professores, não previa. A segunda, dirimiu dúvidas quanto ao pagamento, ou não, da dobradinha para que alguns cargos 1-C, que teriam acrescidos seus vencimentos na simbologia DAS-5. E ainda mais, que ambas corrigiam gritantes falhas de redação que eram notadas no Projeto nº 12/78, referente ao aumento.

Segundo as fontes do Governo, em conversas mantidas antes da apresentação e aprovação de tais emendas, a inclusão do quadro próprio do Magistério já estaria implícita no artigo 1.º, daquela Mensagem e a simbologia DAS, apesar de não estar especificado no texto original, por si só excluiria ou tornariam insubsistentes, como já é norma conhecida, os cargos comissionados do símbolo 5-C.

Os jornais de hoje noticiam que, por problemas técnicos resultantes da apreciação destas emendas, as quais, se não fossem aprovadas ou sancionadas, o projeto retornaria à Assembleia para a sua apreciação e, naturalmente, a apreciação do veto e a implantação desses atrasos seriam feitos apenas no próximo mês. Acontece que o Governo já vem diminuindo os vencimentos através desses retardamentos, embora aumentado desde janeiro.

Ora, procedendo desta maneira os porta-vozes do Governo estão reconhecendo que a única forma de se admitir a alteração de valores do pagamento dos atrasados, realmente seria a exclusão do quadro próprio do Magistério, ou da intenção de pagar a dobradinha dos DAS-A, pois do contrário o projeto embora transformado em lei permaneceria tal e qual veio redigido pela

Mensagem do Governo.

Isto quer dizer, os professores provavelmente não teriam sido beneficiados com o aumento e não adiantaria forçar a interpretação do projeto. Salvo a hipótese que ora formulamos, a divulgação de nota colocada teria por objetivo jogar o funcionalismo contra os autores das emendas. O que não se divulgou ainda é que este Deputado, pelo menos assim que soube do interesse e da intenção de parcelamento dos atrasados, que já vem atrasado muito mais do que o permitido, procuramos manter contato telefônico com a área do Governo, quando fomos informados que o Governador não se encontrava no Palácio.

Tentamos com o Secretário dos Recursos Humanos, e se encontrava em viagem. Falamos com o Sr. Secretário de Finanças e este nos informou que este atraso ou esta falta de determinação da inserção do aumento para o mês de abril se deveria a esses aspectos e mais, a uma inteligência de conversas que poderiam ser feitas com a Celepar. Porque se esse pagamento tivesse que vir neste mês haveria de se fazer uma alteração nas folhas através da Celepar. E isso viria sacrificar ainda mais os servidores, muitos dos quais desde há muito tempo estão já pagando juros altos, aliás, esta foi a nossa justificativa para que este aumento fosse implantado nesta folha de pagamento do mês de abril.

E nós por telefone mesmo, procuramos ponderar ao Secretário, de quem tivemos a informação, e que não era problema de ordem financeira que estava postergando ou estava polemizando esta questão.

Se, no momento, de falar, de entender, aceitamos aquelas ponderações preliminares, mas por outro lado sabemos que as folhas de pagamento do Judiciário e da Assembléia Legislativa não dependem da Celepar, e, por conseguinte o funcionário público lotado ou enquadrado no Tribunal de Justiça ou na Assembléia Legislativa não tem nada a ver com problemas de ordem técnica de processamento de dados da Celepar.

Então, pelo menos os funcionários da Assembléia e os funcionários do Judiciário poderiam receber o aumento, independentemente da CELEPAR.

E esse parcelamento, não é justo que se faça, principalmente, porque a moeda ao ser recebida, já vem com uma desvalorização da ordem de 20%, somada aos 40% da inflação, e também ao comparativo do índice de salário mínimo, é de se pensar, que mais uma vez, que cada mês que passa, e eu reforço esse pensamento, cada mês que passa, com os eventuais juros do aumento do funcionalismo, o Governo faz cinco quilômetros de estradas asfaltadas; nas costas do eventual juro do servidor do Estado.

Se o Bando do Estado está cheio de dinheiro, abarrotado, com seus cofres, emprestando, dando lucros até, escorchantes, porque o Governo do Estado, não se aparelhe não subsidie, não supre a caixa do Tesouro, para o pagamento do servidor.

É lamentável, que a cúpula dos Três Poderes, representada pelo Governador, Secretário de Estado, Conselheiro do Tribunal de Contas, Deputados, Magistrados, membro do Ministério Público, contém com o benefício do Governo para receberem em dia; enquanto que o funcionalismo mais será novamente postergado, e é isso que nós temos enfatizado aqui nesta Casa, sem nenhum intuito demagógico, é um processo de defesa, de justiça, de necessidade, e até, de resguardar a própria tranquilidade da família do servidor do Estado.

É esta a ponderação que nós fazemos; e o Governo, ao invés de trazer a público justificativas, que não convencem, para pagar o reajuste em prestação, deverá estar também atento, a que o Governo Federal, no momento está anunciando a correção monetária dos débitos do governo, como medida de justiça, e neste caso, o Governo do Estado deveria pagar o seu funcionário também com correção monetária. Esta é a ponderação que queríamos fazer, e deixamos mais uma vez, lamentan-

do que: o sentido de governar precisa antes de tudo, ser justo na justa medida da necessidade do povo.

Porque não há nem um Governo que não deva voltar a sua atenção para o povo e sobretudo, para o seu servidor.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Consultaria à Mesa, Sr. Presidente, com relação ao tempo que ainda restaria da Liderança.

Se V. Ex^a me concedesse dois minutos, leria apenas requerimento que pretendo, a Casa aprecie ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência informa:

O eminente Deputado Fidelcino Tolentino, foi para tribuna às 15,17, seu prazo se esgotaria às 15,32 minutos.

V. Ex^a terá portanto, seis minutos ainda, para falar no Expediente reservado ao MDB.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente. Deixarei os considerandos mesmo porque a matéria se afina com o pronunciamento do eminente Deputado Fidelcino Tolentino, para ler apenas, os pontos em que se requer, seja encaminhada com urgência, cópia deste requerimento ao Sr. Governador do Estado, diante da ausência de outras prerrogativas mais concretas, instando-o a proceder a imediata implantação do aumento dos vencimentos do funcionalismo público estadual, e o conseqüente pagamento das diferenças em atraso, ainda no mês de abril corrente.

Segundo: seja formulado Pedido de Informação, na forma da Lei, ao Sr. Secretário das Finanças do Estado, consubstanciado nos seguintes termos: (Lê)

Era o requerimento, Sr. Presidente, lido, para que pudesse ser levado à consideração da Casa, na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência aguarda para registro, o requerimento lido pelo líder do MDB.

Consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o horário cedido à Arena. (Declina)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Ferdemann, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, devidamente apoiado, constante do expediente.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 150/77, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a representação no Estado do Paraná, da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul, com sede e foro na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. Com Substitutivo Geral. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do Substitutivo por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 168/77, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., com sede e foro na cidade de Porecatu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por

unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 168/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o “SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S.”, com sede e foro na cidade de Porecatu.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1.978

(a) Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Porecatu, recebendo o reconhecimento público municipal através da Lei nº 390, de 05/11/78.

Com finalidades exclusivamente voltadas para a assistência e à filantropia, possui todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria, conforme a cópia dos Estatutos Sociais, devidamente registrados que anexamos ao presente.

Com isso esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 168/77

PARECER

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, o presente Projeto de Lei nº 168/77, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais S.O.S., com sede e foro na cidade de Porecatu.

Analisando o processo, através da justificativa apresentada pelo seu autor e a documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6.994, de 10/01/78.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 172/77, de autoria do Deputado OSVALDO MACEDO, que denomina “RODOVIA DO MILHO”, a estrada de Rodagem que liga Ivaiporã a Mauá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 172/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A estrada que liga Ivaiporã a Mauá, passa a denominar-se “RODOVIA DO MILHO”.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 1.978.

(a) Osvaldo Macedo.

JUSTIFICATIVA:

Ivaiporã é conhecida como a Capital do Milho, título que é proclamado com ufanismo e orgulho por parte de toda a população daquela região.

Nada mais justo e oportuno do que honrar-se e homenagear-se aquela população, marcando a sua principal rodovia com o nome de “RODOVIA DO MILHO”.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 172/77

PARECER

De autoria do nobre Deputado Osvaldo Macedo, o presente Projeto de Lei nº 172/77, tem por finalidade denominar “RODOVIA DO MILHO”, a estrada que liga Ivaiporã a Mauá.

Da justificativa apresentada pelo seu autor, temos que a homenagem que se pretende prestar denominando aquela rodovia como Rodovia do Milho, está ligada à cidade de Ivaiporã, proclamada como Capital do Milho em nosso Estado, face ao seu grande progresso em razão da grande produção daquele rico cereal.

Razões de ordem legal ou constitucional, não existem que impeçam a sua aprovação por esta Casa.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Professor Flávio Horizonte da Costa, para o alto cargo de Governador do Distrito L-6 do Lions Internacional, fato ocorrido na recente Convenção Distrital do Estado do Paraná, realizada em União da Vitória.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Angelin Dal'Pra ocorrido em Guaraituba, Município de Colombo.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cezar Preto, ocorrido na cidade de Apucarana.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da “Nota de Repúdio”, assinada pelos Diretórios Centrais dos Estudantes da PUC e UFF e publicada pelo jornal “O Estado do Paraná”. Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. Será feita a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

8 Srs. Deputados aprovam; 5 Srs. Deputados rejeitam.

Não há “quorum” para deliberação, e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 14, às 10:00 horas com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES :

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

Aos treze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Werner Wanderer, Gilberto Carvalho, Nelson Buffara e Benedito Lúcio Machado. Havendo número legal, o Senhor Vice-Presidente declarou abertos os trabalhos. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do dia onde foi relatado o seguinte

Projeto de Lei: Projeto de Lei nº 25/78 de autoria da Comissão Executiva, dando nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado. Relator: NELSON BUFFARA, Vice-Presidente, que avocou o Projeto de Lei, dando parecer FAVORÁVEL, aprovando também as Emendas das respectivas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Vice-Presidente declarou encerrados os trabalhos. da presente reunião, da qual, para constar, eu, Elza Carneiro Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

(a) NELSON BUFFARA
Vice-Presidente
Elza Carneiro Camargo
Secretária

COMISSÃO DE TURISMO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos quinze dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e oito, reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão de Turismo, para a instalação, com a presença dos Senhores Deputados Nelson Buffara, Augusto Carneiro, Wilson Fortes, David Federmann, Adalberto Daros, Otássio Pereira e Egon Pudell. Assumiu a Presidência na forma regimental o Senhor Deputado Nelson Buffara, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos. Foi eleito, por unanimidade, o Senhor Deputado Nelson Buffara para Presidente e o Senhor Augusto Carneiro para Vice-Presidente. Ao tomar posse o Senhor Deputado Nelson Buffara, agradeceu a honrosa confiança nele depositada, pelos ilustres componentes da Comissão de Turismo, fazendo o propósito de corresponder integralmente na Presidência da mesma. Na oportunidade designou a funcionária Maria Stella Mader do Amaral Gurgel, para exercer a função de Secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, eu, Maria Stella Mader do Amaral Gurgel, Secretária, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim, bem como pelo Senhor Presidente e demais membros, para que a mesma produza os efeitos legais.

Em Curitiba, 15 de março de 1.978

(a) NELSON BUFFARA
Presidente

Augusto Carneiro	Aguinaldo Pereira Lima,	Wilson Fortes
David Federmann		Adalberto Daros
Otássio Pereira		Egon Pudell

Maria Stella M.A. Gurgel – Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS
8ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, após a Sessão Plenária, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e contando com número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foi relatado o seguinte Projeto de Lei de nº 12/78, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 01/78, encaminhando anteprojeto de lei que fixa de 1.º de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da Polícia Militar do Estado, e dá outras providências. Relator: Senhor Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Pareceres favoráveis ao Projeto e Emenda da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, e para constar, (a) Terezinha B. de Moura e Claro -

Secretária lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

(a) ERONDY SILVÉRIO
Presidente

(a) Terezinha B. de Moura e Claro – Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, havendo número ilegal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Lineu Mansani Turra, apresentou redação final aos seguintes processos: – PROJETO DE LEI Nº 165/77 – de autoria do Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Mourão, com sede naquela cidade. PROJETO DE LEI Nº 12/78 – de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 01/78, encaminhando anteprojeto de lei que fixa a partir de 1.º de janeiro de 1.978, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão do pessoal civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas, bem como as dos integrantes da Polícia Militar do Estado, e dá outras providências. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) AUGUSTO CARNEIRO
Presidente

(a) Lélcio Guimarães Sotto Maior – Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
8ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, e presentes os Senhores Deputados: Dácio Leonel, Ezequias Losso, Maurício Fruet, Muggiati Filho e Waldenício Barbalho. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da HORA DO EXPEDIENTE, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: 1). – PROJETO DE LEI Nº 6/78, do Deputado Jorge Sato. Declara de utilidade pública a Guarda Mirim de Maringá, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Relator: Deputado Muggiati Filho. Requer seja solicitadas informações junto ao Autor do mesmo. Deferido. 2). – PROJETO DE LEI Nº 16/78, do Deputado Gilberto Carvalho. Declara de utilidade pública a Fundação de Ensino Técnico de Apucarana, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Relator: Deputado Muggiati Filho. PARECER FAVORÁVEL. Aprovado. 3). – PROJETO DE LEI Nº 18/78, do Deputado Dácio Leonel. Autoriza o Poder Executivo denominar de Escola Polivalente Professora Maria do Rosário Castaldi, Ensino de 2.º Grau, a Unidade Escolar de Jardim Bandeirantes, Município de Londrina. Relator: Deputado Maurício Fruet. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4). – PROJETO DE LEI Nº 21/78, do Deputado Trajano Bastos. Declara de utilidade pública a Associação de Senhoras Menino Deus – ASEMD, com sede nesta Capital. Relator: Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5). – PROJETO DE LEI Nº 24/78, do Deputado Basílio Zanusso. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Terra Rica, imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. Relator: Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6). – PROJETO DE

LEI Nº 25/78, da Comissão Executiva. Dá nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo e dá outras providências. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer FAVORÁVEL com três Emendas. Aprovado. - 7). - PROJETO DE LEI Nº 161/77, do Deputado José Domingos Scarpelini. Com fundamentos no que dispõe o § 3º do art. 102, da Emenda Constitucional nº 01, de 17.10.69, altera o disposto no art. 130 da Lei nº 6174, de 16.11.70. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 8). - PROJETO DE LEI Nº 166/77, do Deputado Dácio Leonel. Declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência Social Nossa Senhora das Brotas, com sede e foro em Piraí do Sul. Relator Deputado Muggiati Filho. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor, para anexar documentos. Deferido. 9). - PROJETO DE LEI Nº 169/77, do Deputado Ivo Thomazoni. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmeira, parte do imóvel que especifica. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL REJEITADO. Designado o Sr. Deputado Waldenício Barbalho. Para oferecer novo Parecer. 10.) - PROJETO DE LEI Nº 175/77, do Deputado Wilson Fortes. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Londrina. Relator Deputado Maurício Fruet. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor, para anexar documentos. Deferido. 11.) - PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/78, da Comissão Executiva. Estabelece critérios para provimento dos cargos de Consultor Legislativo, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 12.) - PROPOSIÇÃO Nº 61/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 02/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Catanduvas, como especifica. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 13). - PROPOSIÇÃO Nº 62/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 02/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Nova Aurora, para reparos que especifica. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 14). - PROPOSIÇÃO Nº 64/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 02/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Nova América da Colina, para execução de reparos que especifica. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 15). - PROPOSIÇÃO Nº 67/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 02/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Presidente Castelo Branco, para execução de reparos que especifica. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 16.) - PROPOSIÇÃO Nº 70/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 02/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Medianeira, para execução de reparos que especifica. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 17). - PROPOSIÇÃO Nº 72/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 02/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Conselheiro Mayrink, para fins que especifica. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 18). - PROPOSIÇÃO Nº 73/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 02/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Lupionópolis, para execução de reparos que especifica. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 19). - PROPOSIÇÃO Nº 75/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 02/78, encaminhando cópia do convênio cele-

brado entre o Governo do Estado e o Município de Paulo Frontin, como especifica. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 20.) - PROPOSIÇÃO Nº 81/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 04/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Apucarana, para aplicação de recursos que especifica. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 21.) - PROPOSIÇÃO Nº 82/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 04/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Arapongas, como especifica. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 22.) - PROPOSIÇÃO Nº 83/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 04/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Rolândia, para aplicação de recursos que especifica. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 23.) - PROPOSIÇÃO Nº 86/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 04/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Guapirama, para aplicação de recursos que especifica. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 24.) - PROPOSIÇÃO Nº 87/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 04/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Jaboti, para aplicação de recursos que especifica. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 25.) - PROPOSIÇÃO Nº 88/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 04/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Japira, para aplicação de recursos que especifica. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 26.) - PROPOSIÇÃO Nº 90/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 05/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Mirador, para fins que especifica. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 27.) - PROPOSIÇÃO Nº 91/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 06/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de São Jorge do Oeste, para fins que especifica. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 28). - PROPOSIÇÃO Nº 92/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 07/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Foz do Iguaçu, para fins que especifica. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 29). - PROPOSIÇÃO Nº 103/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 18/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Castro, para equipar a Delegacia de Polícia. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 30). - PROPOSIÇÃO Nº 105/78, do Poder Executivo. Mensagem nº 20/78, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Inajá, para execução de obras contra a erosão. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente. Deputado Paulo Camargo, pelos Senhores Deputados presentes à reunião e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(aa) PAULO CAMARGO - Presidente
Rita Soares Bertoli - Secretária